



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro - CMS/RJ

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ref.: 13/04/2021

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e quarenta minutos às dezoito horas na Sala virtual da Plataforma Zoom da ADOULAS-RJ, onde reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Larissa Cristina Terrezzo Machado (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Raquel de Moraes Barbosa Caprio (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Pauta do Dia: Deliberação da Ata: **09/02/2021**. **1. Deliberação do Processo 09/005178/2017**. Assunto: Habilitação de procedimentos em Saúde – Unidade Cuidados Intermediários Neonatal Canguru (UCINCa), do Hospital Federal de Bonsucesso da AP 3.1 – CNES: 2269880 – **5** minutos. **2. Deliberação do Ofício S/SUBGERAL/CGCCA Nº 222/2021**. Assunto: Publicação de edital de Convocação Pública nº 002/2021 sobre Terapia Renal Substitutiva – **5** minutos. **3.** Apresentação e deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2021

– 30 minutos. 4. Ponto fixo sobre a Covid-19 – 80 minutos. 4.1 – 1) Situação dos casos entre gestantes e puérperas, 2) Calendário de vacinação dos profissionais e grupos prioritários, 3) Panorama geral da COVID-19. 5. Apresentação e deliberação do Resultado das Metas de 2020 e Metas Bipartite e Tripartite 2021 – 60 minutos. 6. Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática – 30 minutos. 7. Informes da Secretaria Executiva – 10 minutos. 8. Informes da Gestão da SMS – 10 minutos. 9. Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. A reunião teve início após a convocação às 14 horas e 40 minutos com quórum previsto no Regimento do Conselho. Coordenação: Presidente do Conselho: conselheira **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva**: Usuários: conselheiros(as): Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco e Osvaldo Sérgio Mendes. Profissionais de Saúde: conselheiras Lucimar Oliveira do Nascimento e Valeska Holst Antunes. Gestor/Prestador de serviços: conselheiras Larissa Cristina Terrezo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: Secretaria Executiva: Carmem Terezinha Gomes Sasaki. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** e a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** pediram a todos para fazer um minuto de silêncio em homenagem à memória do Sr. Azaury Monteiro que foi presidente distrital do CDS da AP 4.0. Findo o minuto de silêncio, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu início a reunião ao fazer a leitura da pauta, que ao ser colocada em votação foi aprovada por maioria simples do Colegiado. Em seguida, colocou em votação a ata de 09/02/2021 que foi aprovada por maioria simples do Colegiado. **Ponto 1: Deliberação do Processo 09/005178/2017**. Assunto: Habilitação de procedimentos em Saúde – Unidade Cuidados Intermediários Neonatal Canguru (UCINCa), do Hospital Federal de Bonsucesso da AP 3.1 – CNES: 2269880. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** explicou que esse processo de habilitação de procedimentos já existe no Hospital Federal de Bonsucesso. Trata-se de unidades de cuidados intermediários neonatal do Projeto Canguru. O processo é de alta complexidade e estava funcionando quando houve o incêndio, mas já foram feitas as obras e já está em andamento com esse Projeto com os leitos de UTI Neonatal e também das gestantes. Ressaltou que foram feitas três visitas que constataram que está tudo certo. Por isso, solicita sua aprovação. Também esclareceu que o Projeto foi aprovado pelo CDS da AP 3.1. Ao ser colocado em votação o processo 09/005178/2017 foi aprovado por maioria simples do Colegiado. **Ponto 2: Deliberação do Ofício S/SUBGERAL/CGCCA Nº 222/2021**. Assunto: Publicação de Edital de Convocação Pública nº 002/2021 sobre Terapia Renal Substitutiva. A **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que é um serviço absolutamente necessário e que não pode parar de maneira nenhuma, pois colocará em risco de vida eminente as pessoas. Ressaltou que ao ler os documentos não encontrou nenhuma irregularidade e por isso, seu parecer pessoal é de aprovação. Interrompendo, o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** disse desejar colocar uma observação sobre a questão renal no município do Rio de Janeiro, principalmente na AP 5.1, mas acredita que o mesmo se dá em toda a cidade. Então explicou que tem um problema muito grande da questão renal. E aí, talvez não seja só esse edital que vai resolver esse problema. Tem que debater muito mais sobre a situação das pessoas com problemas renais. Não sabe o que acontece com os contratos das clínicas de saúde, pois os trabalhadores não recebem, talvez por achar que o número de clínicas de saúde no município do Rio de Janeiro seja insuficiente. Disse achar que isso pode ser pautado em outro momento para ver essa situação renal na cidade. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que esse assunto pode ser pautado sim. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** explicou ao conselheiro que primeiro vem esse edital, depois vem as áreas que vão abranger as unidades de saúde. Então, primeiro aprovam o edital e depois vem o processo com todos esses critérios e essas

deliberações. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação o Ofício S/SUBGERAL/CGCCA Nº 222/2021 que foi aprovado por maioria simples do Colegiado. **Ponto 3:** Nesse momento, a **Dra. Sylvia Ripper** deu início a apresentação e deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2021, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o primeiro ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** fez a leitura da pergunta do convidado da AP 2.1, Henrique Oliveira Brito, que escreveu no “chat”: “hoje, os transportes não estão funcionando, mas por exemplo, os ambientes climatizados dos ônibus são fiscalizados pela Vigilância Sanitária? Filtros do ar sujos e vetores nos veículos”. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** perguntou como se dá esse papel da Educação? Por exemplo, ela tem certeza que existe, mas nunca viu um material que tenha reconhecido como material produzido pela Vigilância Sanitária. Então ficou muito curiosa dos integrantes da Vigilância Sanitária receberem esse recurso. Acha que esse papel da Vigilância Sanitária é muito importante, sem dúvida. Disse ainda que ficou curiosa de conhecer um pouco mais de como os integrantes elaboram esse material e se há um percentual dos recursos para serem destinados, pois tem certeza que isso pode colaborar com a Comissão de Educação Permanente do CMS/RJ, por exemplo. Com relação aos ambientes climatizados em ônibus, a **Dra. Sylvia Ripper** respondeu que não tem condição pelo tamanho da equipe de fiscalizar todos os ônibus. Mas quando existem denúncias encaminhadas pelo 1746, os integrantes da Vigilância Sanitária vão inspecionar. E, se houver irregularidades observadas fazem a intimação ou multam as empresas de ônibus. Ressaltou que tem uma equipe específica para fazer isso. Trata-se de uma equipe de engenheiros especializados em aparelhagem e em ambientes climatizados. Isso é visto, mas fica sobre demanda, pois não tem condições de fiscalizar todos os veículos que circulam na cidade. Em relação a questão da educação, informou que têm três viés. Quando tem ação conjunta na rua com a SEOP e Guarda Municipal fazem aquelas ações para a cidadania quando montam barraquinhas. Mas isso atualmente está em menor quantidade por causa da Covid-19, porque não podem fazer aglomeração, mas podem fazer a distribuição de panfletos. Informou que a Vigilância Sanitária tem um site que estará disponibilizado no final da apresentação. Esse site tem diversos materiais, inclusive manuais técnicos, normas sobre como devem funcionar os estabelecimentos. Isso pode ser acessado, inclusive o material está disponível para download e o consumidor pode fazer encima disso, qualquer tipo de denúncia. Ressaltou que sobre as demandas fazem cursos para o setor regulado, capacitam manipuladores de alimentos, que também é uma atribuição legal, pois existe uma lei que os obriga a fazer isso, além de ser da competência dos integrantes da Vigilância Sanitária. Disse se os integrantes da Comissão de Educação Permanente do CMS/RJ pedirem algum tipo de apresentação também estarão à disposição. E, pode ser solicitada uma apresentação genérica ou específica, por exemplo: “nós queremos uma apresentação sobre a inspeção de hospital ou sobre a questão da terapia renal substitutiva”. Ressaltou que têm profissionais especializados que podem fazer essa apresentação para todos. Então temos esses três viés, onde atualmente o canal “online” é que tem sido mais divulgado porque é por aí que estão trabalhando mais. Finalizando, disse que os materiais estão todos no site supracitado. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou se tem alguma forma de controle próprio para avaliação de como está sendo o processo de fiscalização para verificar que ele seja eficaz e traga resultados e não gere certos boatos de resultados da fiscalização pela ouvidoria interna? A **Dra. Sylvia Ripper** respondeu que tem a transparência da Vigilância Sanitária. Em relação ao crachá, informou que todo estabelecimento que for fiscalizado tem que exigir a apresentação da identificação do fiscal que tem um “QR Code” no crachá e que pode ser verificado para ver se aquele fiscal é oficial e se está realmente cadastrado na Vigilância Sanitária e ainda se está podendo fazer a fiscalização. Ressaltou que o fiscal tem que ter uma ordem de serviço

para entrar no estabelecimento. Então o fiscal tem que apresentar essa ordem de serviço de que está no programa da fiscalização. O fiscal ao entrar no estabelecimento e não apresentar a documentação, certamente, deverá ser suspeito. O estabelecimento não deve aceitar qualquer tipo de intimidação. E, se não quiser receber o fiscal devido a uma suspeita e ainda caso queira fazer uma denúncia mesmo anônima, pode ligar para 1746. Ressaltou que a Vigilância Sanitária tem um Órgão que não é uma controladoria, mas os integrantes procedem às verificações administrativas diante de qualquer denúncia do desvio de conduta de qualquer fiscal. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** agradeceu. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** agradeceu a Dra. Sylvia Ripper pela apresentação. Prosseguindo, colocou para deliberação o Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2021, que foi aprovado por maioria simples do Colegiado. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** fez uma sugestão para a Dra. Sylvia Ripper. Disse que esse trabalho de fiscalização da Vigilância Sanitária é muito importante para a população, inclusive teve a impressão de que existe uma verba de publicidade. Prosseguindo, disse que a população não sabe direito da importância desse serviço e que sua existência é indispensável para a saúde da população. Por isso, os integrantes da Vigilância Sanitária não pensam em modernizar um pouco essa comunicação com a população de tudo o que a fiscalização da Vigilância Sanitária faz para garantir a saúde de todos? A **Dra. Sylvia Ripper** respondeu que na realidade a verba para a parte educativa é recurso dos integrantes da Vigilância Sanitária porque trabalham muito com a Comunicação Social da SMS, mas agora tem um setor que trabalha fundamentalmente com essa questão de divulgação de informação e que estão estruturando isso para que tenha mais presença nas Redes Sociais. Assim que essa pandemia estiver sob mais controle, a ideia é fazer um trabalho mais presencial de divulgação e de informação. Por enquanto, infelizmente, tem isso “online”. Quem acessa o site da prefeitura, basta clicar no ícone da Vigilância Sanitária para encontrar tudo devidamente. Por enquanto o setor está organizando isso de forma mais robusta. Devido a fala da conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado, feita anteriormente, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** pediu para adiantar o ponto cinco por conta da participação das palestrantes em várias reuniões “online” com o Ministério Público. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** explicou o que está no ponto cinco passa para o ponto quatro e o que está no ponto quatro passa para o ponto cinco. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que é necessária a inversão de pauta por conta do horário que as conselheiras precisam, ou seja, o ponto quatro passando para o ponto cinco e vice-versa. Prosseguindo, ao colocar em votação, a inversão da pauta foi aprovada por maioria simples do Colegiado. **Ponto 4:** Ponto fixo sobre a Covid-19 – Apresentação Nº 1. Nesse momento, a **Gerente da Área Técnica de Saúde da Mulher, Enfermeira Lívia de Souza Câmara** deu início a apresentação sobre a situação dos casos entre gestantes, puérperas e lactantes frente a Covid-19, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Parte a destacar: informou que o Ciclo de Debates está disponível no canal do Youtube da SMS. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** explicou que combinaram durante a reunião da Comissão Executiva, que as intervenções (o ciclo de perguntas e respostas) deverão ser feitas ao final das três apresentações em sequência para que não haja perda de tempo. Apresentação Nº 2. Nesse momento, a **servidora Larissa Cristina Terrezo Machado** e a **Assessora da Superintendência de Vigilância em Saúde, Enfermeira Gisliani Mateus Oliveira Aguilar** deram início a apresentação do Calendário de Vacinação dos Profissionais e Grupos Prioritários em relação a Covid-19, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. A **servidora Larissa Cristina Terrezo Machado** perguntou se pode abrir o ciclo de perguntas e respostas? A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** explicou que combinaram durante a reunião da Comissão Executiva, que agora deverá ser a apresentação do Boletim

Epidemiológico, além de todas as questões em relação a Covid-19. No final será aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **servidora Larissa Cristina Terrezo Machado** disse que está com a apresentação do Boletim Epidemiológico, porém esse assunto não foi combinado durante a reunião da Comissão Executiva, inclusive nessa reunião anotou todas as demandas. Então a pauta será: **1-** Vacinação de pessoas que vivem nas ruas em situação de risco. **2-** A questão das gestantes e puérperas. **3-** o Calendário de Vacinação do Profissionais de Saúde. Ressaltou que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida fez um questionamento durante a reunião da Comissão Executiva ao dizer que teria uma interrupção do Calendário de Vacinação a partir do dia 19 de abril, mais ou menos, interrompendo com a idade de 50 anos. Essa é a parte que responderão de acordo com as perguntas, mas em nenhum momento foi pactuado a apresentação do Boletim Epidemiológico. Contudo, podem fazer a apresentação. A **conselheira Valeska Holst Antunes** respondeu que o Boletim Epidemiológico foi pactuado, inclusive falaram de alguns pontos que gostariam que estivessem no Boletim Epidemiológico. Disse lembrar que chegou a falar que na última apresentação foram colocados só os leitos totais, pois é impossível colocar os leitos operacionais. Isso ficou na sua anotação, inclusive na pauta. A **servidora Larissa Cristina Terrezo Machado** disse que a questão dos leitos operacionais está na apresentação de todo o Boletim Epidemiológico. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** explicou que o panorama da Covid-19 é o ponto fixo até porque ficou decidido na primeira reunião da Comissão Executiva, em março, que teríamos um ponto de Covid-19 todos os meses enquanto perdurar a situação da pandemia. E, que o ponto fixo da Covid-19 passaria a ter o panorama epidemiológico. Então é esperado que em todas as reuniões mensais ordinárias do CMS/RJ, inclusive foi isso que a conselheira Valeska Holst Antunes lembrou que teríamos no ponto fixo e, que para além de ter o ponto do panorama da Covid-19 no município do Rio de Janeiro, teremos dois outros assuntos que desejamos incluir no ponto fixo da Covid-19, a saber: a situação do atendimento de gestantes e puérperas e a situação do calendário de vacinação. Então no mês que vem teremos novamente que apresentar qual é o panorama epidemiológico e a análise deles em relação aos quatro meses. No mês de maio teremos que apresentar o que verificaram a partir da última reunião. Esse é o ponto fixo da Covid-19 e, por isso, foi criado na reunião da Comissão Executiva do início de março. Ressaltou que na primeira reunião da Comissão Executiva, acha que a servidora e conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado não estava presente e sim a conselheira suplente Raquel de Moraes Barbosa Caprio. Naquela reunião foi discutido que passaria a ser dessa forma, isto é, que em toda reunião teremos o Boletim Epidemiológico. A **servidora e conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado** respondeu que sabiam do ponto fixo, pois a conselheira suplente Raquel de Moraes Barbosa Caprio repassou para ela, inclusive, falaram sobre isso na reunião da Comissão Executiva. A dúvida é que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida teria falado agora da apresentação do Boletim Epidemiológico e, por isso, confundiu-se porque não estava pactuado. A **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que não precisa ser a apresentação do Boletim Epidemiológico, mas pode ser a apresentação que acharem mais conveniente. Completando a fala da conselheira Valeska Holst Antunes, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** explicou que o Boletim Epidemiológico é semanal, inclusive o recebem via e-mail, mas deseja que avaliem o que aconteceu e que decisões tomarão. Os conselheiros não querem a apresentação do Boletim Epidemiológico e sim uma leitura do que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em relação a Covid-19 nos últimos trinta dias. A **servidora e conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado** informou que tem um representante da Central de Regulação para falar da questão dos leitos. A sua dúvida é para os conselheiros que pediram a apresentação do Boletim Epidemiológico. Ressaltou que as apresentações do Boletim Epidemiológico acontecem semanalmente e ficam gravadas no Youtube da SMS/RJ. Então está esclarecido que não é a

apresentação do Boletim Epidemiológico, mas sim dos leitos operacionais e leitos habilitados. Falando para a servidora e conselheira Larissa Cristina Terzezo Machado, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que ficou esclarecido e que os conselheiros colocaram por exemplo o Panorama que foi trazido na semana passada, pois desejam que seja mais amplo, que tenha uma análise em relação ao andamento da Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro. Então é para que a gestão traga e diga: “no último mês avaliamos isso e isso” e “ocorreu uma situação”. São esses os exemplos que foram ditos pela conselheira Valeska Holst Antunes, inclusive, na reunião passada teve uma apresentação da situação dos leitos e que só trouxeram esse tipo. Portanto, pode ser interessante desagregarem esses dados. O conversado na reunião da Comissão Executiva não foi sobre dados específicos e sim sobre situações que gostariam de ter nesse ponto. Talvez na próxima reunião da Comissão Executiva precisamos tornar mais explícito o que esperam que a gestão traga. Os conselheiros desejam que a gestão traga uma explicação política sobre o processo de acompanhamento da Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro, pois não adianta só trazer gráficos. Em relação ao Boletim Epidemiológico, leem e assistem. Todos os conselheiros e conselheiras esperam que a gestão traga uma posição política, por exemplo: qual foi o encaminhamento, a análise da gestão em relação ao fechamento e abertura quinze dias depois? Isso é um panorama sobre a Covid-19. Então é sobre isso que a gestão precisa dialogar com os conselheiros que representam o segmento usuário e o trabalhador da saúde. Apresentação Nº 3. O **servidor da Central de Regulação, Sr. Paulo Leonardo Ferreira** informou que vai apresentar um panorama atual que mostra como está a situação dos leitos da Covid-19 nesse momento, tanto em relação a taxa de ocupação total, tanto em relação a taxa de ocupação operacional e também de números de internados e pessoas aguardando na fila para regulação da Covid-19. Nesse momento, o **servidor da Central de Regulação, Sr. Paulo Leonardo Ferreira** deu início a apresentação do Panorama atual da situação de leitos da Covid-19, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o ciclo de perguntas e respostas englobando as três apresentações. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou se a Prefeitura tem demonstrado preocupação com a transmissão da Covid-19 dentro do Prédio do CASS? Quais são os procedimentos que estão sendo adotados na sede da Prefeitura e nas diversas Secretarias para garantir que as pessoas cumpram esses procedimentos já que alguns secretários se consideram deuses na Terra e acham que não precisam usar máscaras? Também perguntou se a Prefeitura faz algum tipo de diligência e orientação para aqueles que tem “síndrome de Bolsonaro” e, que vão trabalhar sem máscara e não exigem que seus subordinados usem as máscaras e nem exigem que adotem o distanciamento social? Questionou também como a Prefeitura está trabalhando internamente nessa questão? Ressaltou que fez essa pergunta porque participa de alguns Conselhos na Prefeitura como sociedade e têm recebido reclamações. Porém, as pessoas também não se identificam por terem medo de represálias. Disse que existe um certo clima que impede as pessoas de defenderem cada uma sua própria vida e de ser contaminado. Então o chefe deveria dizer: “você, por favor, pode colocar a máscara”. Isso é um direito a defesa da própria vida! Isso não está acontecendo. Então perguntou também qual é o procedimento para garantir às pessoas que se consideram acima do bem e do mal para que cumpram os procedimentos dentro do prédio da Prefeitura? Perguntou ainda quantos funcionários estão trabalhando internamente na Prefeitura e quanto desses contraíram o coronavírus? Ainda, quantos foram curados e quantos eventualmente e infelizmente faleceram? Pediu que façam isso em cada andar para ver se tem algum secretário que esteja sendo mais ou menos zeloso nos procedimentos. Em relação ao item um a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que pediu a inclusão desse ponto, em relação a gestantes e puérperas por achar que mesmo nesse momento de recrudescimento do processo da pandemia da Covid-19, os conselheiros não têm um

material que seja esclarecedor e objetivo em relação no auxílio às pessoas que cuidam das gestantes e puérperas, inclusive no auxílio as próprias gestantes e puérperas. Os conselheiros sabem da relação entre os casos de alto risco de Covid-19. Sendo assim, como podem acrescentar isso nos casos em relação a mortalidade? Também acompanha o Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna – RJ através do CMS/RJ e para ela, hoje, existe uma deficiência de conseguir comunicar com essas pessoas. Disse que teve na gestão passada, por exemplo, um conhecimento de que teria uma coação explícita dentro da gestão de Saúde da Mulher e que fazia esse tipo de encaminhamento. Então quando conseguia identificar uma gestante de alto risco e que estava sob os cuidados do SUS no município do Rio de Janeiro e que essa gestante não teria recebido nenhuma orientação, sabia que tinha um ponto focal para direcionar. Ressaltou que tem sentido um pouco da falta disso, pois não sabemos mais, talvez outras saibam como direcionar outras pessoas para evitar que essas situações venham a ser de agravamento a óbito. Processo preventivo: ressaltou que é uma questão e quer aprender melhor. Esclareceu que o item dois do ponto 4 é sobre a vacinação dos trabalhadores da saúde. Continuando, disse que infelizmente o que comentou na reunião da Comissão Executiva foi exatamente o que aconteceu. Foi isso que ilustrou para a servidora Larissa Cristina Terrezo Machado, dentro do grupo da Comissão Executiva, com um recorte em relação a cidade de Niterói que mesmo tendo o calendário unificado em relação aos demais trabalhadores e grupos prioritários etários, está terminando de vacinar todos os trabalhadores da saúde que são as pessoas previstas do Grupo 1 do PNI - Plano Nacional de Imunização. Pediu para registrar em ata o seu descontentamento, pois não considera que a resposta que a Sra. Nadja trouxe na reunião passada, tenha sido atendida de pronto com o ofício. Agora trazer esse documento dizendo que o calendário novo unificado corresponde a resposta do que foi prometido na reunião passada, não é verdade. Deseja que fique registrado que não foi cumprido o que foi acordado na reunião passada. O acordado foi que deveria ser enviado o calendário de vacinação dos grupos prioritários previstos no Grupo 1, pois foi feito o ofício e disseram que seria no final de abril. Então acataram o ofício como resposta ao ofício enviado no dia 17 de março e receberam o calendário postado dentro da Comissão Executiva, mas agora vemos que não existe calendário de sequência após os 50 anos. Ao enviar o calendário unificado foi o que pretendeu questionar e no momento está dizendo que os trabalhadores da Saúde de 49 anos esperarão mais de um mês para serem vacinados junto com os demais trabalhadores. Sabemos que querem vacinar todas as pessoas, porém também sabemos que existem pessoas mais ou menos expostas. O fato de uma pessoa que não esteja lidando cotidianamente no hospital não quer dizer que não esteja exposta. Então gostaria que a SMS se posicione em relação aos grupos previstos no Grupo Prioritário 1. Isso é o que foi solicitado. Isso é o que está previsto no Plano Nacional de Imunização. Vocês não estão cumprindo com isso e, eu preciso que tenham resposta efetiva porque é uma enrolação essa resposta e a apresentação do calendário que levou para a reunião da Comissão Executiva. Pediu para registrar que se sente desrespeitada. Acha que é um desrespeito com as pessoas que estão aguardando o calendário. Isso não é uma resposta o que vocês deram, pois responderam uma coisa no ofício e estão fazendo outra. Isso é uma opção. Então deseja encaminhar ao CMS/RJ que reitere, cobrando o calendário do grupo previsto no Grupo 1 do Plano Nacional de Imunização. Só isso. Vejam o que está no Grupo 1 do calendário e lhe digam qual é o calendário para vacinar essas pessoas, pois não fizeram, fizeram até 50 anos e estão apresentando outra coisa. A cidade de Niterói mencionada anteriormente é um exemplo de que é possível cumprir a vacinação das pessoas que estão previstas no Grupo 1 do PNI. Ressaltou que fizeram várias reclamações, pois têm que ter todos os dados separados por cor, identidade e raça. Ressaltou ainda que observou a Enfermeira Lívia de Souza Câmara que fez uma parte, mas gostaria, por favor, que o CMS/RJ depois receba os dados por

cor e raça em relação a gestantes e também a questão dos direitos da forma como as mortes têm sido notificadas. Disse que fizeram essa questão, pois existe uma Resolução interna da SMS dizendo que os dados devem ser apresentados com recorte de cor e raça. Fizeram essa solicitação e falaram sobre isso na reunião. Isso não é algo opcional. Os dados devem ser representados como recorte de cor e raça. Isso é uma Resolução. Existe um Comitê Técnico de Saúde da População Negra implementado na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, que tem representação no CMS/RJ e precisam cumprir com isso, pois isso não é algo que deva ser opcional. Então qualquer documento, gráfico, seja o que for, vocês têm a obrigação de trazer para os conselheiros com dados de cor e raça. Por isso, é melhor combinar como deve acontecer. Em relação ao item três informou que se trata mais sobre a questão do panorama. Novamente acha que a gestão da SMS tem que tranquilizar os quadros que estão presentes porque quando trazem para os conselheiros os dados que estão no Painel Rio Covid-19 sem trazer uma contextualização das decisões políticas, e foi o que trouxeram, é um absurdo e deseja entender o porquê de tomarem uma decisão “X” e o porquê de tomarem uma decisão “Y”. Ressaltou que não precisa de ajuda para ler o Painel Rio Covid-19, mas sabe que têm várias pessoas que precisam. Acha muito bom que vocês estejam dispostos a explicar, porém não é isso que desejamos. Desejamos que dividam com os conselheiros como chegaram a tais decisões. Acha que precisam entender que esse foi um encaminhamento tirado pela Comissão Executiva na primeira reunião de março. Então, novamente, quer parabenizar todos os técnicos e técnicas que vem trazer e colaborar os dados com os conselheiros, pois isso não é uma fala sobre as pessoas, mas sim uma cobrança do que se espera e do que espera pessoalmente como representante do segmento usuário e do tratamento a esse Colegiado. Em seguida, a **conselheira Valeska Holst Antunes**, com a palavra disse que, com relação à vacinação tem compreensão semelhante ao da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida; a menos que não tenha prestado atenção no que foi apresentado, o calendário dos profissionais está posto do dia treze até o dia dezessete de abril, ou seja, até o final da semana em curso (a semana da reunião), o que demonstra não existir calendário para os profissionais com idade inferior a cinquenta anos. Esclareceu que, a menos que sejam apresentados novos dados com previsões de datas, vai acontecer uma suspensão da vacinação para os profissionais de saúde por trinta dias porque a vacinação para aqueles que têm menos de cinquenta anos só começará a ser realizada a partir do dia dezessete de maio. Entende que, de fato, a resposta trazida na apresentação contradiz aquilo que foi colocado como um compromisso da Secretaria de Saúde quando respondeu o ofício e, portanto, acha que vale, sim, o encaminhamento da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida no sentido de que o Conselho Municipal de Saúde encaminhe um pedido de esclarecimento e de medidas em relação ao exposto, considerando que os profissionais da Saúde são grupo prioritário do Grupo 1. Disse, também, que a apresentação causou certa estranheza no que se refere à população em situação de rua porque essa população aparece na PNI dentro dos grupos vulneráveis do Grupo 2; aparece, também, no primeiro plano do Município que precisou ser restabelecido por conta da oferta de doses já com datas previstas no calendário, inclusive, são datas mais precoces e, agora, quando se fala das populações de risco, as populações em situação de rua não aparecem. Ante a esse fato, a conselheira disse achar que é preciso um esclarecimento até porque essa população de rua tem toda uma característica diferente do restante dos outros grupos populacionais de maior risco. Agora no mês de abril, não serão muitos os contemplados pela vacinação, mas a partir de maio começarão a vacinar. Então, é preciso pensar, agora, no mês de abril sobre certo instrutivo de como essa vacinação vai acontecer porque como é sabido, a população em situação de rua é composta majoritariamente pelo grupo jovem. Disse, ainda, que existe um censo realizado pelo Instituto Pereira Passos no ano passado mostrando que setenta por cento dessas pessoas não portam documento algum,



embora, em certo momento já tenham tido documento. Que se trata de uma população que tem mais dificuldades de acessar os serviços de saúde. Por isso, é necessário pensar um instrutivo organizando questões de vacinação “in loco” nos territórios, levando em conta que, em algumas áreas existem consultórios de rua e em outras não existem. Sobre a questão apresentada – panorama dos leitos. Prosseguindo, disse que os dados apresentados de noventa e três por cento de ocupação operacional dos leitos de enfermaria, noventa e dois por cento de leitos de UTI e de oitenta e quatro pessoas esperando na fila, é de extrema preocupação porque sabem que essa fila já foi maior e que conseguiram reduzi-la. Entretanto, são oitenta e quatro pessoas à espera, é muita gente. Contou que sabem que nas UTI(s) são usadas uma série de insumos especializados que são extremamente necessários e que existe uma crise de oferta deles, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil; que receberam, inclusive, notícias pontuais da falta de insumos como, por exemplo: medicamentos para sedação que felizmente a Secretaria de Saúde conseguiu sanar muito rapidamente. Então, perguntou como está a previsão relacionada a insumos? Disse, ainda, achar ser importante que o Conselho Municipal de Saúde tenha a visibilidade de como está o estoque porque fica na cabeça de todos a questão do risco iminente de que esses insumos venham a faltar. Por fim, frente ao quadro apresentado da ocupação de leitos tendo ainda oitenta e quatro pessoas esperando na fila por UTI e uma ocupação de UTI muito maior do que foi a da mesma época do ano passado na primeira onda e por isso, deixa as seguintes perguntas: é realmente o momento de relaxamento das medidas restritivas? Não é o momento para a gente aumentá-las? Qual é a opinião dos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde em relação a isso?. A seguir, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** passou a palavra à conselheira Neide Maria Neres Tinoco dizendo que com esta encerrará as inscrições. Então, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que deseja aproveitar o momento de sua fala, os três minutos a que tem direito para acompanhar todas as falas e todas as indagações das conselheiras Morgana Eneile Tavares de Almeida e Valeska Holst Antunes, porque são essas as indagações de todos sobre o que foi conversado na reunião da Comissão Executiva. Por isso, pedem explicações claras e transparentes sobre o que realmente não está tendo naquele momento. Disse, ainda, que pedem providências, inclusive, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes para encaminhar ofícios à Secretaria Municipal de Saúde requerendo as providências que tanto a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida quanto a conselheira Valeska Holst Antunes acabaram de falar. Após, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao **conselheiro José Cosme dos Reis** informando que têm recebido algumas denúncias com relação ao destino que é dado as sobras das vacinas, mas infelizmente as pessoas que denunciam não assumem o que falam. Disse, então, que gostaria que fosse dada mais atenção à questão das sobras das vacinas; que alguém precisa averiguar com mais carinho para quem estão sendo destinadas essas sobras porque até onde sabe, essas sobras devem ser destinadas a pessoas com determinadas dificuldades, respeitando-se a faixa etária ou a proximidade dela de acordo com a tabela de vacinação e sendo feita através de convocação. Esclareceu que esse pedido é para averiguar se, realmente, essas coisas estão acontecendo e, se for constatado que estão acontecendo, desejam que seja apresentada uma lista com o nome das pessoas que receberam as sobras das doses da vacina. Falou que já conversou sobre o assunto com a Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3, Sra. Sílvia Lessa e espera que essas pessoas resolvam colaborar porque, afinal, é muito triste ter idosos presos dentro de suas casas esperando a vez de serem vacinados e essa vez não chega por conta de alguma irregularidade. Dando sequência, a **conselheira Larissa Cristina Terrezo Machado**, da Secretaria Municipal de Saúde, disse que acolhe todas as falas dos conselheiros em relação às questões de esclarecimento. Em relação ao calendário vacinal dos

profissionais de saúde, esclareceu que não é um calendário exposto continuado; que atualizam com certa frequência, mas que na semana anterior a da reunião em curso, teve a notícia da interrupção de recepção das doses de produção do Instituto Butantan e devido a esses tipos de contratemplos não conseguem fazer uma grande projeção de calendário vacinal, exatamente, porque têm uma grande limitação no recebimento das doses. Falou que entende que o resultado apresentado não foi aquele pactuado, mas que levará todas as considerações faladas durante a reunião para os responsáveis e tentará trazer uma resposta para os conselheiros na próxima reunião da Comissão Executiva. Concluiu dizendo que existe, sim, um calendário planejado, só que não podem divulgá-lo antes da confirmação do recebimento das doses da vacina. Dando continuidade às respostas, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** com a palavra, esclareceu que a SUBGERAL, assim como o Secretário acompanham às licitações, homologações e entregas de insumos regulando isso na cidade de um hospital para outro. Entende, portanto, que não podem ficar desesperados porque se estivesse acontecendo alguma coisa no município do Rio de Janeiro, certamente, todos já saberiam. Acrescentou que estão trabalhando diuturnamente e que ninguém consegue sair da Secretaria Municipal de Saúde antes de vinte, vinte e duas horas porque é preciso velocidade, pois a cidade está veloz, o país está veloz e o mundo está veloz. Quanto à questão da população de rua, disse que essa merecerá o mesmo esclarecimento que os trabalhadores da Saúde merecem; que conforme vão recebendo as doses, faz-se necessária a priorização dos grupos. Entende que precisam determinar e entrar num consenso e que já estão conversando, inclusive, independentemente de ter consultório de rua ou não na área e com certeza as equipes das Unidades de Saúde junto com o mapeamento da Assistência darão conta dessa população, também. Falou, ainda, que a cada dia se abrem mais drives; então, é deslocar essas pessoas nos territórios para garantir a imunização delas e que só não sabe dizer a data. Quanto à atenção com as sobras de vacinas, disse que é muito difícil trabalhar com denúncias sem que, ao menos, sejam informados em que Unidade ocorreu o fato, a que hora aconteceu e, se possível, o nome do profissional de saúde. Disse que, para todas as reclamações que chegam com data, hora e nome, são abertas sindicâncias. Contou que já recebeu, por exemplo, algumas denúncias com fotos e que fica fácil porque perguntam para o Coordenador da Área ou para o gerente da Unidade se a pessoa da foto é funcionário dele. Se for, abre-se uma sindicância e apura-se o que aconteceu. Esclareceu também para ser averiguada, a denúncia precisa vir com informações um pouco mais concisas; que em todos os drives, em todas as Unidades de Saúde sempre existe uma supervisão quanto à imunização e que tentam fazer com que tudo ocorra com o menos erro possível. A ordem dada quanto à norma a ser seguida é muito clara: ao sobrar doses de vacinas, essas doses devem ser direcionadas às pessoas em cada território que estejam agendadas na lista da Unidade de Saúde. O agendamento pode ser feito, inclusive, pelo 1746 e através do e-mail disponibilizado pela S/SUBPAV ou ainda ao chegar à Unidade de Saúde alguma pessoa que, por algum motivo não pode tomar a vacina, obviamente, obedecendo-se o critério do calendário do dia. Em seguida a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** a título de esclarecimento para todos, perguntou à suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal, por exemplo, se cada frasco da vacina contiver dez doses e acontecer de não ter dez pessoas para vacinar o restante das doses poderão ser aproveitadas para serem dadas a outros grupos ou têm que ser descartadas? Em resposta, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que tudo dependerá, também, da vacina que estiver sendo disponibilizada na Unidade de Saúde. Por exemplo: a vacina AstraZeneca pode ser guardada por quarenta e oito horas, enquanto que a vacina CoronaVac só poderá ser guardada por apenas seis horas. Caso a Unidade de Saúde esteja vacinando com a vacina CoronaVac e tenha recebido a monodose dela, e ao final da tarde se o movimento de pessoas for baixo, dar-se prioridade para que seja

usada a dose única, justamente, para não acontecer isso, o descarte de vacinas. Informou que agora estão vacinando com a vacina da AstraZeneca que tem duração de quarenta e oito horas e quase não está tendo sobras nas Unidades, mas se tiver todas as Unidades de Saúde têm a responsabilidade de vacinar idosos acamados em seus domicílios, obedecendo uma lista de inscrição prévia em poder das Unidades. Lembrou a todos que, em reunião passada a conselheira Larissa Cristina Terzeo Machado informou o e-mail onde pode ser agendado a vacinação para o idoso acamado. Frisou que essas sobras de doses são usadas para imunizar idosos acamados ou pessoas do grupo prioritário que aguardam ser vacinadas no dia do calendário. Em seguida, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou o que significa nesse contexto essa “priori” - quando termina a vacinação às dezessete horas? A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** respondeu que é o direcionamento ao grupo que cada Unidade de Saúde tem em sua lista. Então, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse ter entendido, sim, a explicação: a equipe que está de plantão vai se dirigir à residência desse acamado para vaciná-lo. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que sim, com as Equipes de Saúde da Família que, hoje, estão com um lastro maior, visto que a vacina que ora está disponibilizada nas Unidades de Saúde têm quarenta e oito horas de duração, o que faz com que o descarte de doses quase não aconteça mais. Confirmou para a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, o aproveitamento das doses que sobraram com a aplicação delas no primeiro horário do dia seguinte. Em seguida, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra à **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** informando que foi à Clínica da Família do Vidigal com o companheiro dela. Chegando lá, por volta das dezessete horas e trinta minutos, os profissionais de saúde daquela Unidade (eram dois enfermeiros e um agente de saúde) os chamaram e disseram que tinham quatro doses da vacina que sobrou naquele dia e, assim, ambos foram vacinados. Logo após esses profissionais de saúde disseram que restava, ainda, mais duas doses e as aplicariam (disseram os nomes das pessoas beneficiadas) e saíram da Unidade. Falou que achou muito bonito tudo o que a suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal disse com relação ao destino das doses que porventura sobram depois da vacinação do dia e parabeniza a Clínica da Família do Vidigal pelo feito que testemunhou lá. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** após ouvir o depoimento da conselheira, disse que a ordem dada é para todas as Unidades e que a norma é para ser seguida por todas; que pelo quantitativo de pessoas que têm sido vacinadas, têm chegado muitos elogios quanto à organização, tanto no que se refere ao atendimento em casa, quanto no “Drive Thru”. Esclareceu que falhas poderão ocorrer e que estão lá (na Secretaria) para receber de todos os “feedbacks” e todas as observações com relação a acontecimentos que acharem inapropriados, mas que venham sempre com dados como: o nome da Unidade, o horário e quando foi porque, se não, fica vago e não conseguem fazer as devidas correções. Dando continuidade, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao **conselheiro Abílio Valério Tozini** que perguntou quando a Secretaria de Saúde voltará a vacinar com a vacina CoronaVac já que, naquele momento, só estão vacinando com a vacina da AstraZeneca? Então, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** respondeu que a Secretaria de Saúde fica sabendo que vai receber a vacina praticamente na hora da seguinte forma: “vai chegar amanhã” e que é, justamente por isso, que ela (a Secretaria de Saúde) não consegue liberar o calendário, até para não confundir as pessoas. Falou que já bastam as pessoas que fazem calendários “fakes” e que isso muito atrapalha a compreensão da população, pois a confunde. Acrescentou que as “fake News” atrapalham muito o processo de trabalho da Secretaria, inclusive, pediu aos presentes que todas as vezes que vierem a receber um calendário que não tenha sido enviado por uma fonte oficial, que antes

de passá-lo adiante, que primeiro verifiquem se ele existe no site da Prefeitura. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** perguntou por que a Secretaria não repassa o calendário assim que é montado para todos os Conselhos Distritais de Saúde ou para as Coordenações de Área que, depois, o enviará aos Conselhos Distritais? Em resposta, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que irá disponibilizar no grupo, assim como a conselheira Larissa Cristina Terrezzo Machado, também; que ficarão mais atentas e que a responsável pelos coordenadores (conselheira Larissa Cristina) levará essa solicitação. Em complementação a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse achar muito errado a entrega das vacinas feita pela Secretaria de Estado no modelo que distribui aos municípios. Que pudesse ser feito uma unificação do calendário de vacinação para todos os municípios do Estado. Isso tem que mudar. O nosso Secretário tem que conversar com o Secretário de Estado Sr. Chaves. Quando as vacinas forem entregues, que os municípios tenham um único calendário. Lógico, com a vacina já entregue. É muito ruim, é muito confuso, pois o município tal tem uma metodologia, a serrana é um tipo e as pessoas ficam confusas. Sai uma agenda do Estado, sai uma do município de Niterói e a capital é diferente. Dirigindo-se a suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal pediu-lhe que converse com Secretário de Saúde para poderem trabalhar o afinamento dessa agenda com os Conselhos. Então, em resposta, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse-lhe que sim, que inclusive a vacina é do SUS; é claro que todos os municípios podem vir aqui, mas se todos trabalhassem com o mesmo calendário, não teríamos tanta migração, assim como todas as medidas restritivas deveriam ser um cordão de restrições que, realmente, se contivesse. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** disse que nesse ponto não tem deliberação a fazer por tratar-se de um ponto fixo e, em seguida, a **conselheira Valeska Holst Antunes**, tomando a palavra, disse que teve proposta de deliberação sugerida pela conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida e reiterada por ela (Valeska) para o encaminhamento de um ofício do Conselho Municipal de Saúde a respeito da vacinação dos profissionais de saúde. Completou dizendo que houve dois questionamentos que ficaram sem retorno: o primeiro sobre a pergunta do conselheiro Abílio Valério Tozini quanto à questão das normas e fiscalização delas no próprio espaço das repartições da Prefeitura e o outro foi sua última pergunta com respeito ao posicionamento dos técnicos quanto a questão das medidas, tendo em vista, os próprios dados que foram apresentados. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, com a palavra, perguntou se o que teria sido perguntado anteriormente é se a Secretaria de Saúde tem algum indicador, se tem alguma observação de casos de profissionais da Prefeitura acometidos pela Covid-19 por andar? Sendo confirmado pelo conselheiro Abílio Valério Tozini que é essa a pergunta. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, com a palavra, esclareceu que o conselheiro Abílio Valério Tozini perguntou quais são as providências que as Secretarias e as Subsecretarias estão tomando em relação aos profissionais e transeuntes que circulam dentro do prédio da Prefeitura descumprindo Decreto que dispõe do uso obrigatório de máscara em qualquer lugar seja na rua, seja dentro do ônibus, seja no trabalho, seja em prédios públicos e particulares? Em resposta, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse como o conselheiro não informou qual o andar, fica um pouco mais complicado. O Conselho Municipal de Saúde pode oficializar o fato à Secretaria Municipal de Saúde e essa mandará como regra o uso de máscara em obediência às normas de segurança e proteção à vida. Dirigindo-se ao conselheiro Abílio Valério Tozini esclareceu-lhe que se houvesse um surto de Covid-19, a Vigilância Epidemiológica já teria se posicionado nessa observação porque essa doença é monitorada e não há nenhuma indicação, nenhum apontamento no sentido de existir grande quantitativo que chame a atenção e caracterize um surto dentro da Prefeitura do Rio de Janeiro. Ressaltou que o uso de máscara é obrigatório, embora, todos

saibam que o seu uso não é nada fácil quando tem que ficar falando com ela, por exemplo, em uma reunião, pois força as cordas vocais. Disse que ao final do dia, ela (a conselheira suplente) fica sem ar e com dor de cabeça, mas como passa o dia inteiro em uma sala com outras pessoas é obrigada a usá-la; que só quando chega à casa às vinte e duas horas e trinta minutos é que vai retirá-la e que é, exatamente, dessa forma para todos os profissionais de saúde que trabalham na ponta - muitas horas de trabalho, mas é obrigatório o uso de máscaras. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, com a palavra, esclareceu que toda deliberação que a Secretaria Executiva faz é publicada em Diário Oficial e quanto a esse encaminhamento só poderão votar o envio dele ou não com a solicitação feita em reunião. Então, **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** solicitou que fosse votado o encaminhamento desse pedido. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** tomando a palavra, disse que isso gerará um acréscimo dentro dos documentos e por isso, sugere que fosse perguntado à Vigilância Epidemiológica se há registro de casos ocorridos entre servidores públicos municipais, em especial, na sede do CASS. Explicou que acha que essa é a pergunta que o conselheiro Abílio Valério Tozini quis trazer e que, com essa resposta já terão um panorama epidemiológico de casos ocorridos, podendo vir a ter a necessidade de saber se há ou não controle/segurança. Entende, também, que a resposta dada à pergunta da conselheira Valeska Holst Antunes, de como os técnicos se posicionam não foi corretamente colocada. Portanto, acha que, talvez, essas questões tenham que virar documentos que questionem a Secretaria Municipal de Saúde. Esclareceu que isso é um encaminhamento e que, na verdade, é uma pergunta que precisa ser debatida e ser tomada uma posição. Assim sendo, a conselheira deseja que, no caso de não ter nenhum conselheiro que se contraponha a emissão do ofício, que não se coloque em discussão porque só se colocará em discussão caso alguém se opuser ao envio da solicitação de informações por parte do Conselho Municipal de Saúde. Prosseguindo, pediu ainda que seja registrado em ata que a Secretaria Municipal de Saúde não entregou os dados separados por cor e raça e que a ela (a Secretaria) deve fazer isso por força de Resolução. Também pediu que toda vez que a Secretaria Municipal de Saúde não apresente os dados separados por cor e raça, que se coloque essa observação porque os dados devem ser apresentados desagregados não só por Área Programática, mas também em relação à cor e raça. Após, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** solicitou à Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki que providencie o encaminhamento do ofício. Dando continuidade a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou ao ponto 5 da pauta: Apresentação e deliberação do Resultado das Metas de 2020 e Metas Bipartite e Tripartite – 2021 (lembrando que houve inversão dos pontos 4 e 5 da pauta atendendo a uma solicitação). A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** antes de iniciar a apresentação disse achar importante que se converse sobre as pactuações e, também, que se mostre os resultados até porque o Conselho Municipal de Saúde tem um papel fundamental juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde no alcance desses resultados pactuados. Referiu-se ao ano de 2020 como um ano muito difícil e falou que a nova gestão respeita muito o trabalho feito antes. Acrescentou que está tentando fazer o seu trabalho da melhor forma, que está tentando entender o DIGISUS, o que não é uma tarefa fácil; inclusive, essa semana, imprimiu todo o terceiro quadrimestre e o enviou para o Conselho Municipal de Saúde para que todos possam ter acesso. Ainda que logo irá apresentar o Relatório Anual de Gestão e que, naquela semana, entregará ao Conselho Municipal de Saúde o RAG para que os conselheiros possam olhá-lo no DIGISUS. Então, a partir daqui deu início a apresentação. Ao final da apresentação a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que é fundamental que todos acompanhem essas metas; que é muito difícil falar das várias ações apresentadas porque tivemos um ano tão atípico em nossas vidas como foi o ano de 2020 e o

primeiro trimestre de 2021. Entende, porém, que deva ter um esforço coletivo das Áreas Técnicas, dos Conselhos Municipal e Distritais nos seus respectivos territórios, assim como da população, também. Disse que, realmente, é preciso tomar muito cuidado com a Covid-19, mas também não se pode descuidar dos outros níveis de assistência. Para exemplificar, contou que tem uma indicação para fazer uma mamografia de seis em seis meses e que já tem um ano e três meses que não a faz. Prosseguindo, assim como ela há muitas pessoas na mesma situação por medo, angústias e outros motivos. Ressaltou que os dados apresentados foram tirados dos bancos oficiais do TABNET estadual, até porque a meta dos indicadores Bipartite e Tripartite são pactuadas com o Estado. Esclareceu que têm os bancos municipais, mas como a meta é Bipartite e, por sua vez, traz até um resultado mais favorável porque é mais rápido ao acessar o banco do Estado que leva um pouco mais de tempo, mas é um dado oficial e assim devemos trabalhar sempre com bancos oficiais. Após, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra para o **conselheiro Abílio Valério Tozini**, sendo o primeiro inscrito para ter esclarecidas as suas dúvidas a respeito da apresentação. Com a palavra o conselheiro que pediu para que fossem incluídos quatro pontos na pauta da próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde ou na reunião extraordinária que sabe que irá acontecer. Esclareceu que esses quatro pontos se referem a assuntos pertinentes ao Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1. Informou que são problemas existentes nas Unidades de Saúde e sabemos que o Conselho Distrital sozinho não vai resolvê-los. São eles: 1- o Centro Municipal de Saúde do Chapéu Mangueira. Contou que foi prometida uma sede definitiva e que nunca veio, pois o CMS funciona em uma sede provisória em condições precárias; 2- a Clínica da Família Rinaldo de Lamare. Disse que se trata de uma Unidade verticalizada em um prédio com dezoito andares, os elevadores com problemas e tem até um elevador improvisado e não há dinheiro para consertá-los. Entende que esse é um assunto para ser levado ao Prefeito; 3- o Hospital Municipal Rocha Maia. Informou ter conhecimento que existe para essa Unidade uma intenção de mudança de uso e aproveita a oportunidade para falar que existe, também, a intenção de mudança de uso para dois hospitais federais, ou seja, o da Lagoa e o de Ipanema, inclusive, ouviu que pretendem para esses dois a privatização ou a transferência deles para o Estado. Disse que esse assunto tem que ser discutido nos Conselhos e propõem que seja discutido na próxima reunião a possibilidade de não haver nas Unidades de Saúde do município do Rio de Janeiro a mudança de uso enquanto perdurar a pandemia, a não ser que seja para atender a própria necessidade da pandemia; 4- os tomógrafos que estão inoperantes porque a empresa AMO foi embora e deixou tudo parado alegando que não recebe e a gestão atual diz que essa situação é problema da gestão passada que não pagou a empresa. A título de esclarecimento, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** dirigindo-se ao conselheiro Abílio Valério Tozini, disse-lhe que aquele momento é para ser usado com perguntas relativas ao assunto da apresentação e que o conselheiro deu um informe. A seguir, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que a Secretaria trouxe as metas com índices menores do que os do ano passado. Argumentou que no ano passado fizeram uma ampla discussão sobre a responsabilidade que se deve ter com relação às metas; que, até mesmo as metas que estiveram próximas de serem alcançadas foram jogadas para baixo pela Secretaria de Saúde. Falou que o Sr. Henrique fez um comentário sobre uma questão que ela mesma já tinha anotado a respeito das metas 5, 6, 7, 8 e 9 da Bipartite que são relativas à Saúde Materna e Infantil, bem como as metas 11, 12, 13 e 14 da Tripartite que foram todas jogadas para baixo. Propôs que o Conselho Municipal de Saúde recuse as metas que sejam abaixadas e que no mínimo, a Secretaria Municipal de Saúde pactue as metas a partir do que foi pactuado no ano passado porque não tem cabimento, por exemplo, que a meta de mamografias vá de 040 para 012. Diante desse fato, disse que isso é o mesmo ao dizer que a saúde das

mulheres não importa porque a maior parte dessas metas diz respeito à vida das mulheres e que isso é inadmissível. Sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde não aprove essas metas pactuadas sem que, no mínimo, traga uma justificativa muito explícita para cada meta e o motivo pelo qual precisaram ser baixadas, muitas delas em mais de cinquenta por cento. Falou ainda, que deseja deixar registrado que não há possibilidade de negociação na posição dela, caso o Conselho Municipal de Saúde venha a votar favoravelmente a essa pactuação e deseja declarar o voto em contrário e a periculosidade dessas metas em relação à saúde das mulheres. Por fim, deseja uma explicação de como é calculada a média da meta dezesseis tripartite que, também, diz respeito ao campo das mulheres. Em seguida a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, com a palavra, sugeriu o encaminhamento de uma conversa com as Áreas Técnicas sobre essas metas e o porquê dessa pactuação, em especial, no que diz respeito aos itens 5, 6, 7, 8 e 9 ou quaisquer outros que os conselheiros queiram. Então, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que apoia o encaminhamento desde que não haja a aprovação dessas metas; que acolhe para que possam pedir explicações à Secretaria Municipal de Saúde sobre o motivo de terem colocado essas metas em médias muito menores, mas que não vão aprovar um documento sem, no mínimo, terem uma justificativa razoável. Disse, ainda, que deseja registrar que tem perguntas no “chat” deixadas pela conselheira Neide Maria Neres Tinoco e de outra pessoa a saber: 1- a **Sra. Maria de Lourdes** pergunta: em relação à proporção de notificação se o termo “ignorado” é considerado um dado válido? Pois, em relação à meta número um Bipartite, a proporção de ignorados nesse campo é muito alta. 2- a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** pergunta: em relação às metas não atingidas, houve reserva orçamentária para o atingimento dos percentuais pactuados? E, se os percentuais e metas que não foram atingidos como ficou o orçamento? Em seguida, **membro do Colegiado que não se identificou** disse que olhando a análise das fichas de notificação de violência e a vivência que tem é sempre de ter uma proporção muito alta de campo ignorado em branco, ignorado em relação a (inaudível). Disse que se for isso mesmo, ficou surpreendida positivamente porque acha que é setenta e três por cento de preenchido, o que supera até a meta, mas que fala assim: preenchido - dado válido. Então, perguntou se eles estão considerando quando se coloca ignorado, o dado é válido? Porque muitas vezes a ficha chega em branco e o digitador coloca lá ignorado. Falou que sua pergunta é somente para confirmar porque ficou surpreendida pelo fato de sempre ver que esse campo não é como outros também das fichas de notificação de violência que não são preenchidas, que são deixados em branco. Após, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal**, com a palavra, disse que deseja que a Área Técnica venha conversar um pouco sobre isso, mas quer acreditar que, no momento em que estamos, todos já estejam com raça/cor bem avançada. Espera que sim, porque se não, vão lutar muito para que isso aconteça por ser de fundamental importância, por ser não mais um querer e, sim, uma obrigação. A seguir, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou a conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal se ela tem tempo de incluir isso no DIGISUS. Então, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, tomando a palavra, lembrou que faltou responder a conselheira Neide Maria Neres Tinoco que diz respeito à reserva orçamentária das metas não alcançadas. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** respondeu-lhe que essa resposta tem que ser dada pela Área Técnica porque ela (Área Técnica) controla o orçamento. Falou que esse é o encaminhamento que faz para ver de como o grupo se posiciona quanto a isso. Lembrou que terão uma reunião extraordinária no dia vinte de abril com uma pauta específica, mas não sabe se caberá levar esse assunto para essa reunião. Respondendo à Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes, esclareceu que essas metas foram encaminhadas para a CIR e para os conselheiros; que o Estado pode homologar ou não, assim como os conselheiros podem aceitar ou não. Portanto,

sugere que conversem para ver qual o encaminhamento e qual a explicação que cada Área Técnica pode trazer para o Conselho. A seguir, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, perguntou como vão deliberar, tendo em vista que houve discordância quanto à aceitação das metas apresentadas e as várias sugestões de encaminhamentos além da proposta de se ouvir as justificativas das Áreas Técnicas quanto às metas? A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que será interessante os conselheiros encaminharem essa solicitação por ofício para as Áreas Técnicas porque elas, também, precisam estar disponíveis para falar sobre esses indicadores. Falou que será bom se puderem incluir esse assunto na reunião extraordinária do dia vinte de abril. Caso contrário, poderá ficar para a reunião ordinária de maio. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que diante da complexidade do assunto, diante do que acabaram de ouvir da suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal e diante da fala da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida a respeito das metas, entende que é necessário que se faça uma reunião extraordinária somente para ser discutido esse assunto para que se possa mediante as explicações de cada Área Técnica, de fato, terem uma noção concreta do que aconteceu para terem levado os indicadores tão para baixo. Propôs que se faça outra reunião extraordinária para tratar desse assunto tão complexo, que não a do dia vinte de abril até porque para essa reunião tem um assunto específico para ser discutido. Em seguida, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** disse que concorda com o conselheiro, até porque, provavelmente, quando essa pactuação foi feita no Plano Municipal de Saúde, existia uma realidade para a cobertura de estratégia e hoje a realidade é outra; que, inclusive, esse dado da cobertura da estratégia colocado pela gestão anterior foi respeitado, mas no Banco Estadual, esse

dado de cobertura da estratégia é menor ainda, quarenta e seis por cento, porque ele considera somente a Estratégia de Saúde da Família. Enquanto, no município do Rio de Janeiro, contam com outra parte da equipe – as Unidades chamadas tradicionais, onde não tem estratégia, mas contam com profissionais de saúde que fazem atendimento para os territórios não cobertos. Concluiu que vários são os fatores que precisam ser levados em consideração, mas têm que ser justificados, sim, inclusive, nos Relatórios de Gestão. A seguir, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** solicitou à Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki que providencie um ofício de encaminhamento para a suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal que o encaminhará às Áreas Técnicas com as demandas dos conselheiros. Então, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** falou que, caso os conselheiros queiram, poderão especificar no ofício todos os indicadores que querem discutir e que o façam da forma que acharem melhor e mais prudente. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** respondendo à pergunta da Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes, se pode marcar a reunião em que irão discutir esses indicadores com as Áreas Técnicas para maio, informou quem faz a pauta é a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde e que, caso ela (a Comissão) cujos membros estão presentes na reunião em curso, concordem, esse tema ficará como ponto de pauta. Lembrou, ainda, que no ano passado, quando houve a apresentação dessas metas, foi deliberado aprovar com ressalvas. Então, a Comissão Executiva fez um Parecer indicando quais são as metas. Esse Parecer foi lido em reunião e aprovado. Acrescentou que a referida deliberação saiu publicada em Diário Oficial juntamente com o Parecer e que, dessa vez, não houve isso. Com a palavra, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** falou que o Conselho Municipal de Saúde pode fazer dessa forma (a que foi feita no ano passado) e que fica bom; que essa forma não invalida a conversa com as Áreas Técnicas, até porque, essa proximidade é sempre muito boa. Entende que terão mais subsídios para construir o novo Plano Municipal se as Áreas Técnicas começarem a conversar mais com o



usuário no sentido de compreender melhor. Então, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que não se sente confortável em aprovar o documento sem ter um estudo do porquê de cada meta ter sido apresentada com esses índices. Disse achar que o encaminhamento da suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal é melhor; que o encaminhamento dela (da conselheira Morgana) é bastante objetivo para não ter dúvida em relação à meta nenhuma. A Comissão Executiva deve encaminhar solicitação para que a Secretaria de Saúde explique, de forma bem objetiva, o porquê do resultado de toda e qualquer meta que esteja menor que a aprovada em 2020. Explicou que listou algumas metas porque são da sua área de atuação no campo da Saúde da Mulher, das pessoas com útero e, que por causa disso, foram as que chamaram mais a atenção dela, mas entende que toda e qualquer meta que tenha sido apresentada com índice menor do que o do ano passado deve ser explicado o porquê da Secretaria estar levando isso em consideração; quando, talvez, o cenário de vacinação possa levar à melhoria do retorno ao atendimento da população em relação a outras patologias. Com a palavra, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, dirigindo-se à conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, dizendo que foi muito bom os esclarecimentos feitos por ela (pela conselheira Morgana), mas acontece que a Bipartite e a Tripartite estão em espaços de articulação estadual e federal, respectivamente, e os outros municípios acatam muito o que o Estado faz. Acrescentou que o município do Rio de Janeiro sempre foi rebelde e que aprova com exceções. Entende que devem aprovar e que a Comissão Executiva juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças deve fazer um documento, conforme a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki explicou, exigindo o aumento dessas metas porque se depender do Estado e do Ministério, eles não vão aumentar as metas, principalmente porque vão colocar que o Rio Capital desde 2019, tem tido uma perda muito grande de equipes da Família, uma desconstrução na contratação de profissionais. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** falou que essa explicação não foi dada aos conselheiros; que trouxeram o comparativo, mas não disseram porque reduziu e acha que para a Comissão Executiva emitir um Parecer é preciso ter uma explicação. Então, a **conselheira Valeska Holst Antunes** disse achar que não há contradição entre uma coisa e a outra. Acha que precisam, de fato, dessa conversa com as Áreas Técnicas como a suplente de conselheiro Liliane Cardoso de Almeida Leal sugeriu, até para a construção do Parecer do Conselho Municipal de Saúde de maneira mais qualificada. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, com a palavra, disse que foi exatamente isso que falou, apenas deu um tom a mais porque na Bipartite e na Tripartite, as metas não são somente para o Rio Capital, são para os noventa e dois municípios do Estado. Que, depois das Áreas Técnicas terem respondido aos questionamentos, o Conselho Municipal de Saúde fará um Parecer registrando a discordância. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** esclareceu que essa cidade nunca viveu uma pandemia; que nesses meses de pandemia tudo é muito contraditório, por exemplo: você quer que aumente o número de mamografias, mas também quer que se restrinja a circulação na cidade por conta de uma doença, a Covid- 19. Explicou que é como se desse uma confusão para todas as análises; que todos os procedimentos ambulatoriais foram desmarcados para que não haja tanta circulação de pessoas nos hospitais. Disse que concorda com o que os conselheiros falam e acha até que poderá pactuar uma meta e depois justificar o porquê de não ter sido atingida, conforme está fazendo, agora, num relatório. Concluiu dizendo que em um ano pandêmico, precisa ser posto que ele restringe, que se desmarcam consultas, desmarcam exames e deu como exemplo o seu caso (da necessidade de fazer a mamografia) falando o quanto precisa fazê-la, mas o quanto não pode fazê-la e por ser um ano controverso, precisam dialogar. A seguir, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que, diante do que fora exposto já estavam combinados e a **Secretária**

**Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** em resposta a uma pergunta da Presidente do Conselho disse que entendeu e que já são dezoito horas e seis minutos e por isso, colocou no “chat” que a parte dos informes está cancelada, a não ser que haja alguém com algum informe muito importante e necessário. Como ninguém se manifestou acrescentou que se os conselheiros quiserem, poderão deixar marcado ou pré-agendado o dia da reunião e, dessa forma, será colocada a data da nova reunião extraordinária para discutir esse assunto. Após, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** recomendou que o Conselho Municipal de Saúde encaminhe o ofício propondo duas datas para a realização da reunião para que as Áreas Técnicas envolvidas possam ajustar a agenda delas. Acrescentou que enviará para a Comissão Executiva alguns informes referentes aos primeiros cem dias de governo e, também, sobre um Portal importantíssimo para todos, que diz respeito à saúde. Disse que enviará pelo WhatsApp do Conselho para que todos possam entrar e ver um lançamento que diz respeito à transparência para todos e devido ao avançado da hora, as boas notícias serão colocadas lá (no WhatsApp). Encerrou agradecendo a todos os participantes e aos que vieram para contribuir. Disse, ainda, que essa troca é sempre muito bem vinda e que têm pela frente muito mais a ser construído. Por fim, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal toda a colaboração dada, agradeceu a participação de todos na reunião, aos técnicos da Secretaria Executiva e pediu a todos para caminharem de mãos dadas com o objetivo de melhorar a saúde. Observação: Os pontos 6, 7, 8, e 9 foram cancelados devido ao avançado da hora. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezoito horas e dez minutos e nós, **Marcelo Dionízio Gomes e Maria da Conceição Ramos de Carvalho** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

  
Marcelo Dionízio Gomes

  
Maria da Conceição Ramos de Carvalho

  
Maria de Fátima Gustavo Lopes